LEI Nº 926, DE 26 DE NOVEMBRO DE 2018

DISPÕE SOBRE A INSTITUIÇÃO DAS TAXAS DEVIDAS PARA O LICENCIAMENTO AMBIENTAL DE EMPREENDIMENTOS, ATIVIDADES E/OU SERVIÇOS CONSIDERADOS EFETIVA OU POTENCIALMENTE POLUIDORES E/OU DEGRADADORES DO MEIO AMBIENTE NO MUNICÍPIO DE IRUPI, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Texto Compilado

O PREFEITO MUNICIPAL DE IRUPI, ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, no uso de suas atribuições legais, tendo a Câmara Municipal aprovado, para efeitos formais, sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica instituída a Taxa de Licenciamento Ambiental de empreendimentos, atividades e/ou serviços efetiva ou potencialmente poluidores e/ou degradadores do meio ambiente, no âmbito municipal.

Parágrafo Único. São considerados sujeitos passivos da taxa ambiental municipal todas as pessoas físicas ou jurídicas que pretendam ou venham a desenvolver empreendimento ou atividades sujeitas a licenciamento e/ou autorização ambiental, nos termos do caput deste artigo.

Art. 2º A taxa de Licenciamento Ambiental tem por fato gerador:

I- o exercício regular do poder de polícia, de autorização, vigilância, fiscalização e demais ações do órgão competente, relativas à disciplina das atividades sujeitas ao licenciamento e fiscalização ambiental do Município;

II- a geração específica do Fundo Municipal de Meio Ambiente, instituído na forma do [Art. 73](#), referido na Lei nº 778, de 26 de dezembro de 2013 - Código Municipal do Meio Ambiente, cujos recursos serão alocados de acordo com as diretrizes e metas do Plano Estratégico e do Plano de Ação do Meio Ambiente, a ser aprovado nos aspectos técnicos, administrativos e financeiros, segundo as diretrizes fixadas pelo Conselho Municipal de Meio Ambiente.

Art. 3º A taxa de Licenciamento Ambiental terá seu valor arbitrado em Valor de Referência do Tesouro Estadual - VRTE e obedecerá ao estabelecido no Anexo Único desta Lei.

Parágrafo Único. Sobre as taxas lançadas e não quitadas até o vencimento, incidirão juros e multa de acordo com a legislação municipal vigente.

Art. 4º As cópias dos comprovantes de recolhimento das respectivas taxas, referenciadas no artigo 3º, serão apensadas ao requerimento de Licenciamento Ambiental.

Art. 5º As Taxas de Licenciamento Ambiental serão recolhidas para o Fundo Municipal de Meio Ambiente, conforme o disposto no art. 2º, II, desta Lei.

Art. 6º Os valores recolhidos não serão devolvidos, salvo se comprovada a não prestação de serviço, pela Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, referente ao licenciamento.

Art. 7º Os valores das taxas constantes na presente Lei serão corrigidos monetariamente por ato do Poder Executivo, Municipal, segundo índices oficiais do Governo Federal, ou aquele que melhor convir ao interesse público.

Art. 8º O enquadramento dos empreendimentos, atividades e/ou serviços efetiva ou potencialmente poluidores e/ou degradadores, tem como objetivo definir o valor do licenciamento necessário a cada um deles, quando for o caso, e estabelecer as bases de cálculo para a cobrança dos serviços de análise dos pedidos e da licença requerida à Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente.

Parágrafo Único. O enquadramento de que trata o caput deste artigo será feito de acordo com o porte e o potencial poluidor das atividades, empreendimentos e/ou serviços efetiva ou potencialmente poluidores e/ou degradadores, levando em consideração o valor de referência, quando for o caso, a ser regulamentado através de Decreto do Poder Executivo Municipal.

Art. 9º O descumprimento de qualquer obrigação referente ao licenciamento sujeitará o infrator às penalidades descritas nas legislações municipais atinentes à política do meio ambiente, em especial a [Lei nº 778/2013](#).

§1º A valoração da penalidade deverá observar o princípio da razoabilidade, guardando proporcionalidade entre meios e fins, e visará a sua finalidade preventiva e repressiva.

§2º A aplicação da penalidade deverá ser motivada e fundamentada, independentemente de a infração corresponder a valor específico estabelecido em lei ou regulamento, ou de seu valor estar contido dentro da margem de valoração discricionária da autoridade fiscal.

Art. 10 Aplica-se às taxas previstas na presente lei, no que couber, a legislação tributária do Município de Irupi/ES.

Art. 11 A presente Lei entra em vigor na sua data de publicação, observado, quanto à cobrança da Taxa, o disposto nas alíneas "b" e "c" do inciso III do art. 150 da Constituição Federal.

Gabinete do Prefeito Municipal de Irupi, Estado do Espírito Santo, aos 26 (vinte e seis) dias do mês de novembro de 2018.

CARLOS HENRIQUE EMERICK STORCK
PREFEITO MUNICIPAL

Este texto não substitui o original publicado e arquivado na Câmara Municipal de Irupi.

ANEXO ÚNICO
VALORES DE LICENCIAMENTO 2018
ENQUANDRAMENTO/CLASSIFICAÇÃO

		POTENCIAL POLUIDOR			
PORTE	-	Baixo	Médio	Alto	
	Micro	Simplificado	I	II	III
	Pequeno	I	II	III	IV
	Médio	II	III	IV	
	Grande	III	IV		

SIGLAS	
LMP	Licença Municipal Prévia
LMI	Licença Municipal de Instalação
LMO	Licença Municipal de Operação
LMA	Licença Municipal Ampliação
LMR	Licença Municipal Regularização
LMU	Licença Municipal Única
LMS	Licença Municipal Simplificada
LMD	Licença Municipal de Desativação
LOP	Licença de Operação de Pesquisa
AA	Autorização Ambiental

TABELA DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL — 2018
UR = R\$ 3,2726 (1 VRTE)

1- LICENCIAMENTO SIMPLIFICADO

Industrial	100
Não industrial	120

2- LICENCIAMENTO ORDINÁRIO

Classe	I	II	III	IV
LMP	51	153	460	1377

LMI	220	443	1328	3980
LMO	130	320	805	2000
LMA	153	306	612	1224
LMR	435	870	1740	3480
LMU	165	330	660	1320
LOP	51	153	460	1380
LMD	51	153	460	1380

3-DEMAIS TAXAS

AA	100
DUA	20
CNDA	20
ANUÊNCIA MUNICIPAL	60
LICENÇA COM EIA	5 vezes o valor do enquadramento

OBS: OS VALORES ESTÃO EXPRESSOS EM VRTE (1 VRTE 2018 = R\$ 3,2726).

[Redação dada pela Lei nº 1.008/2021](#)

MATRIZ DE ENQUADRAMENTO				
		POTENCIAL POLUIDOR		
		BAIXO	MEDIO	ALTO
PORTE	PEQUENO	I	I	II
	MEDIO	I	II	III
	GRANDE	II	III	IV

SIGLAS	
LMP	LICENÇA MUNICIPAL PRÉVIA
LMI	LICENÇA MUNICIPAL DE INSTALAÇÃO
LMO	LICENÇA MUNICIPAL DE OPERAÇÃO
LMA	LICENÇA MUNICIPAL DE AMPLIAÇÃO
LMR	LICENÇA MUNICIPAL RE REGULARIZAÇÃO
LMU	LICENÇA MUNICIPAL ÚNICA
LMS	LICENÇA MUNICIPAL SIMPLIFICADA
LMD	LICENÇA MUNICIPAL DE DESATIVAÇÃO
LOP	LICENÇA DE OPERAÇÃO DE PESQUISA

LICENCIAMENTO SIMPLIFICADO	
LMS	100

LICENCIAMENTO ORDINARIO				
CLASSE	I	II	III	IV
LMP	51	76	230	688
LMI	110	221	664	1.990
LMO	65	160	402	1.000
LMA	76	153	306	612
LMR	217	435	870	1.740
LMU	82	165	330	660
LMP	51	153	230	690
LMD	51	153	230	690

DEMAIS TAXAS	
DISPENSA AMBIENTAL	30
AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL	30
CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS AMBIENTAIS – CNDA	30
ANUÊNCIA MUNICIPAL	25
LICENÇA COM EIA	5 VEZES O VALOR DO ENQUADRAMENTO

OBS: OS VALORES ESTÃO EXPRESSOS EM VRTE (1 VRTE 2021 = R\$ 3,6459).